

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



AS ABORDAGENS ECONÔMICAS SOBRE A CORRUPÇÃO CONTEMPORÂNEA:

apologia ao neoliberalismo e à lógica imperialista¹

RESUMO

O presente trabalho versa por apresentar, com as devidas mediações, a relação ideológica entre as abordagens contemporâneas econômicas e do campo das políticas públicas sobre o fenômeno da corrupção com a constituição dos Estados capitalistas e da lógica imperialista de transferências de riquezas dos países periféricos/dependentes para os países imperialistas, nos marcos do neoliberalismo. Por meio da análise das teorias da “escolha pública”, “rente-seeking”, “Fórmula de Klitgaard” e as abordagens contemporâneas de Rose-Arckerman e Palifka, indicamos que na atual etapa monopolista e financeirizada do capitalismo, as práticas de roubo, fraudes e apropriação legal/ilegal do fundo público fazem parte do modus operante das expropriações que garantem lucros extraordinários para o grande capital. Desse modo, as atuais abordagens econômicas acadêmicas sobre a corrupção, com as devidas mediações, acabam por legitimar um modelo de “combate à corrupção” associado à lógica das contrarreformas neoliberais do Estado e a intensificação das expropriações e rendas extraordinárias para o grande capital monopolista e financeirizado.

Palavras-chave: Corrupção; Neoliberalismo; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work deals with presenting, with due mediations, the ideological relationship between contemporary economic approaches and the field of public policies on the phenomenon of corruption with the constitution of capitalist States and the imperialist logic of transferring wealth from peripheral/dependent countries for the imperialist countries, within the framework of neoliberalism. Through the analysis of the theories of "public choice", "rent-seeking", "Klitgaard's Formula" and the contemporary approaches of Rose-Arckerman and Palifka, we indicate that in the current monopolistic and financialized stage of capitalism, the practices of theft, fraud and legal/illegal appropriation of public funds are part of the modus operate of expropriations that guarantee extraordinary profits for big capital. In this way, current academic economic approaches to corruption, with due mediation, end up legitimizing a model of “combating corruption” associated with the logic of neoliberal counter-reforms of the State and the intensification of expropriations and extraordinary rents for big monopoly capital and financialized.

Keywords: Corruption. Neoliberalism. Public Policy.

¹ Por Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes, historiador, doutor em Serviço Social pela UFRJ, professor do Departamento de Métodos e Técnicas em Serviço Social da UFRJ e do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

A conceituação do fenômeno da corrupção, nas distintas ciências sociais, é extremamente polissêmica. Para compreender essa complexa polissemia, seria necessária uma longa contextualização das distintas formas sociais, produtivas e normatizações jurídicas ao longo da história. Conceituar a corrupção como uma estrutura supra-histórica é um dos principais traços ideológicos que se reproduzem nas distintas pesquisas sobre o tema.

No capitalismo, apesar de não nos associarmos às críticas de Poulantzas ao historicismo de parte do pensamento de Antonio Gramsci e a reflexão sobre alienação e ideologia de Lukács², acreditamos que esse autor possui uma importante contribuição para refletirmos sobre as especificidades histórico-estruturais do Estado capitalista e o fenômeno da corrupção contemporânea, nos marcos da tradição marxista³. Segundo Poulantzas, o Estado capitalista, ao contrário de outras estruturas estatais pré-capitalistas, não apareceria como aquilo que é, mas como parece ser. Ou seja, a apresentação para a sociedade contemporânea de um “Estado de todo o povo” impõe uma série de normatizações, efeitos ideológicos e sociais particulares (POULANTZAS, 2019, p.133).

Incorporando parte das reflexões de Gramsci, Poulantzas sustenta que o Estado capitalista atua como um desorganizador das classes dominadas, através da aparência ideológica de “Estado popular”, seu efeito de isolamento sobre as relações

² Avaliamos que há um simplismo de Poulantzas, pela influência da escola althusseriana, em criticar uma espécie de monolitismo das ideologias dominantes em Gramsci ao desconsiderar, por exemplo, as formulações do dirigente comunista sobre o senso comum. Assim como, sobre Lukács, visivelmente o autor grego trabalha apenas com obras juvenis do autor e descarta formulações filosóficas de Lukács em sua maturidade, como por exemplo, a proposição acerca da “decadência ideológica da burguesia”. No caso sobre o debate da ideologia, Poulantzas na obra supracitada incorpora as definições do chamado “estruturalismo marxista” de Althusser, em especial a perspectiva dicotômica entre ideologia e ciência, a qual não incorporamos em nosso texto.

³ É importante ressaltar que parte das formulações de Poulantzas são revistas ao longo de sua vasta obra. Na presente tese utilizamos, em especial, suas reflexões sobre o Estado capitalista em seu livro, escrito em 1968, “Poder Político e Classes Sociais”. Livro que o autor sofre maior influência do filósofo francês, Louis Althusser, e de Lênin. Posteriormente, Poulantzas se aproxima das influências teóricas e políticas do “eurocomunismo”

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

econômicas e sociais e sua relativa abertura à todas as classes no seu aparato burocrático. Por outro lado, para as classes dominantes, o Estado capitalista atua como um organizador em nível político, superando o isolamento “anárquico” da produção e competição intercapitalista (POULANTZAS, 2019, p. 191).

Poulantzas revisita a formulação gramsciana acerca da “ideologia cimento”, isto é, uma determinada apreensão da realidade que pavimenta todo o edifício social. A “ideologia cimento”, no campo das práticas políticas e econômicas no modo de produção capitalista, seria a ideologia jurídico-política. A ideologia jurídico-política teria o papel de ocultar a dominação de classe, inverter a determinação da exploração do trabalho e legitimar o Estado capitalista como um aparato “acima das classes sociais.

Além dessas características, a questão jurídico-política e outras ideologias dominantes citadas pelo autor, como o tecnicismo, são apresentadas para as classes dominadas não como algo sagrado, mas como técnicas científicas e/ou fruto da opinião pública especializada:

[...] O que especifica as ideologias em questão é que elas não visam ser recebidas pelas classes dominadas segundo o modelo de participação no sagrado; elas se apresentam explicitamente, e são recebidas, como técnicas científicas. É, com efeito, nas formações capitalistas que aparecem a categoria de opinião pública e a categoria aparentada de consenso-das quais os fisiocratas foram os primeiros a falar. Elas estão ligadas a conceitualização, no discurso da ideologia dominante, da autonomia relativa do político e do econômico em uma formação capitalista. Referem-se assim a toda uma revolução teórica no tocante ao conceito do político que, até então, permanecia fiel à tradição da ética aristotélica.[...] (POULANTZAS, 2019, p. 220)

Nesse contexto, a questão da “anticorrupção” é um dos componentes da ideologia jurídico-política que se vincula ao Estado capitalista e ao modo de produção capitalista. O discurso anticorrupção é funcional para manter a aparência de um “Estado de todo o povo”, desorganizando, na maioria das vezes, politicamente as classes dominadas, além de ser um item importante organizador das disputas intercapitalistas (FERNANDES, 2022).

Além disso, as formas políticas e ideológicas dos Estados capitalistas variam de acordo com as particularidades das formações econômicas e sociais, assim como ao longo das diferentes fases e padrões de acumulação do modo de produção capitalista.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O presente trabalho versa por apresentar, com as devidas mediações, a relação ideológica entre as abordagens contemporâneas econômicas e do campo das políticas públicas sobre o fenômeno da corrupção com a constituição dos Estados capitalistas e da lógica imperialista de transferências de riquezas dos países periféricos/dependentes para os países imperialistas, nos marcos do neoliberalismo.

2 A ABORDAGEM ECONÔMICA E DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE A CORRUPÇÃO CONTEMPORÂNEA.

2.1 A teoria da escolha pública e ideologia das contrarreformas neoliberais

Ainda pouco desenvolvida no Brasil, o estudo do fenômeno da corrupção política e transnacional já é uma área multidisciplinar acadêmica consolidada mundo afora, em especial nas universidades dos EUA e da Europa ocidental. Além disso, a questão da corrupção é alvo de dezenas de pesquisas de mensuração e objeto de instituições privadas, assim como um dos principais temas contemporâneos nas agendas dos organismos e bancos multilaterais. Sem dúvida, essa poderosa rede acadêmica, multilateral de estudos sobre a corrupção, nos dias atuais, possui como grande referência teórica a “teoria da escolha pública” ou “public choice”.

No quadro de desenvolvimento da decadência ideológica burguesa, podemos caracterizar essa teoria como uma das expressões contemporâneas, no plano ideocultural, da hegemonia neoliberal⁴. A “teoria da escolha pública” transpõe para o universo das ciências sociais a radicalização do “individualismo metodológico” e do homo economicus presente como um dos principais pressupostos das análises da

⁴ Aqui estamos trabalhando, como pressuposto, a partir da interpretação de Carlos Nelson Coutinho: a época neoliberal como uma época contrarreformista. Para o pensador brasileiro, trata-se de um período histórico o qual se caracterizava pelo avanço contra as principais conquistas históricas da economia política dos trabalhadores: Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava – como já vimos – uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados como “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado. (COUTINHO, 2012, p. 123)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

escola econômica neoclássica. Nesse sentido, as economias de mercado são vistas como a expressão mais avançada da evolução humana. O ideal do mercado autorregulado como a principal instituição mediatizadora da sociedade e o conceito de indivíduo suprahistórico são derivações dessa conclusão.

A ação racional do indivíduo seria o pressuposto básico para a análise das sociedades, segundo os seguidores dessa escola. Essa ação racional partiria de um cálculo em que os indivíduos buscariam potencializar seus benefícios e minimizar seus riscos. A essência dos indivíduos estaria numa “ontologia egoísta”, tal como as competições interconcorrência entre os agentes de mercado. Apesar de diferenças importantes com o pensamento estruturalista-funcionalista da Teoria da Modernização, em que o indivíduo é visto como uma mera engrenagem funcional dos sistemas sociais, os adeptos da “escolha pública” maximizam o processo de “atomização” do indivíduo, elemento conceitual já presente nas raízes do liberalismo econômico. A sociedade e suas contradições são reduzidas ao mero cálculo racional individual.

As raízes da teoria da escolha pública estão entre os anos de 1940 e 1960. Basicamente, diversos economistas utilizam parte do arsenal microeconômico neoclássico para interpretar fenômenos políticos, sociais e históricos. O primeiro grande objeto dessa escola foi a questão eleitoral, a partir da criação de um “teorema do eleitor médio”. Downs (1999) cria um modelo explicativo, por exemplo, no qual os partidos políticos operariam na lógica das grandes empresas e os eleitores como consumidores. O cálculo racional individual estaria na potencialização na busca pelos interesses particulares, o “interesse público” apenas existiria sob forma coercitiva e regulatória dos “cálculos racionais”. É possível perceber que o pressuposto é idêntico ao processo concorrencial no mercado capitalista: o sentido do indivíduo é a busca incessante pela conquista dos seus interesses particulares (lucro).

A “public choice”, principalmente após 1990, ampliou seus objetos de análise e estudos. Inclusive, diversos dos seus seguidores foram agraciados com o prêmio Nobel de economia. No entanto, por ora, cabe sublinhar suas apreensões acerca da corrupção e como grande parte dessa teoria faz parte da anticorrupção como parte da ideologia imperialista contemporânea. Marcus Olson Jr. (1965), ao analisar a ação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

política de sindicatos nos EUA, fornece uma análise complementar a de Downs. Para ele, a interpretação de ações coletivas não seria apenas uma ampliação simples das ações individuais. O chamado “individualismo metodológico” seria combinado com o princípio da eficiência (COSTA LEISTER, 2005, p. 8).

Segundo o princípio da eficiência, o papel das ações coletivas seria o de aproximar ao máximo os anseios determinados pelo cálculo racional individual. Nesse sentido, para Olson, a democracia liberal favorece a ação racional de pequenos grupos dotados de poder material e coercitivo em detrimento de uma maioria de interesses desorganizados. A única forma de solucionar a ação de grupos maiores, como sindicatos, seria a adoção de benefícios para seus associados, capazes de “comprar” o apoio dos associados, ou mediante a ações “autoritárias” como piquetes em frente aos postos de trabalho. Dentro do contexto de crítica ao pacto fordista-keynesiano e tentativa de reenquadramento imperialista das periferias, a arena política nas democracias liberais transformou-se, segundo Olson, numa grande disputa por rendas e benefícios advindas do Estado em prol de pequenos grupos corporativos como oligopólios privados, sindicatos e associações profissionais. Salários acima da produtividade, subsídios e direitos sociais seriam exemplos dessas disputas.

A teoria da corrupção, com base na abordagem econômica, tem seus germes nas teses de Olson. Os custos e benefícios do cálculo racional do indivíduo são relacionados às “disputas corporativas” na arena política por rendas advindas do Estado. A corrupção seria um fenômeno que ocorre na interface entre os “interesses públicos” e “privados” fruto das imperfeições na gestão do Estado e das relações de mercado.

Essas abordagens acabam por cumprirem papéis conservadores ao idealizarem a defesa do mito da “livre concorrência nos mercados” num contexto de generalização dos domínios do capitalismo monopolista. A base econômica da corrupção e das disputas estaria na criação de mais modelos teóricos: os caçadores de renda (rent-seeking) e a do cálculo da corrupção (fórmula de Klitgaard).

Sumariamente, podemos afirmar que grande parte de toda produção de pesquisas teóricas e empíricas acerca da corrupção parte desses modelos como

PROMOÇÃO



APOIO





pressupostos. Em nossa análise, esses pressupostos acabam por fortalecer diretamente toda uma apologia a reformas institucionais em prol da refuncionalização dos aparatos estatais em sintonia com os atuais ditames da acumulação e reprodução neoliberal.

2.2 A teoria do rent-seeking

Desenvolvida por economistas como Gordon Tullock (1967) e Anne Krueger (1974), essa última ex-economista chefe do Banco Mundial, o fenômeno da corrupção estrutural, principalmente nos países subdesenvolvidos, estaria localizada nas disputas por rendas e privilégios advindos dos monopólios estatais, subsídios e intervenções do Estado na economia. O “rent-seeking” seria um processo de transferência de renda entre grupos sociais tornando a competição imperfeita nos mercados e a gestão pública ineficiente.

Em seu artigo, escrito em 1974, Krueger critica as diversas medidas protecionistas adotadas por países subdesenvolvidos no mercado internacional¹⁰⁹. Através de seu levantamento sobre a alocação de licenças governamentais na Índia e Turquia para importação, a economista sustenta como tais medidas são um estímulo a uma concorrência interna improdutiva por rendas advindas do Estado e como, no médio e longo prazo, essas medidas seriam nocivas para a competição dessas economias de mercado. Essa competição interna pode ser por meios legais, assim como através de meios ilegais (corruptos):

Em todos esses casos de alocação de licenças, existem meios, legais e ilegais, para competir por rendas. Se os indivíduos escolherem suas atividades com base nos retornos esperados, as taxas de retorno das atividades alternativas serão equacionadas e, nesse sentido, os mercados serão competitivos. Na maioria dos casos, as pessoas não se percebem como rent-seekers e, de modo geral, os indivíduos e empresas não são especializados em rentseeking. Em vez disso, rent-seeking é uma parte de uma atividade econômica, como distribuição ou produção, e parte dos recursos da empresa são dedicados à atividade (incluindo, é claro, a contratação de despachantes). O fato de que rent-seeking e outras atividades econômicas não são geralmente conduzidas por entidades econômicas separadas fornece a motivação para a forma do modelo desenvolvido abaixo. (KRUEGER, 1974, p. 4, tradução livre)

Apesar da autora reconhecer casos específicos onde o “rent-seeking” possa funcionar como um mecanismo virtuoso para o dinamismo econômico e social, Krueger defende que essa tendência limitaria novos investimentos produtivos e

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

crescimento econômico, visto que a “sociedade e os empresários” estariam “viciados” em obter rendas extraordinárias através da “influência” e instrumentos legais e ilegais para isso. Além de ser um fator ideocultural de desagregação das sociedades de mercado podendo potencializar revoltas contra as desigualdades socioeconômicas (KRUEGER, 1974,p.14)

A teoria do rent-seeking possui uma abordagem invertida de um problema real: a grande corrupção, no capitalismo em sua fase monopólica, está localizada no terreno da apropriação dos lucros, mais-valores e rendas e na abertura de novas formas de valorização dos capitais e obtenção de lucros extraordinários. Isto é, a grande corrupção localiza-se no âmbito econômico e político da concorrência intermonopólica e das expropriações de riquezas sociais e naturais. No entanto, essa teoria inverte o problema ao pressupor que a questão do processo de monopolização é mera ação estatal e não o relaciona às “leis gerais da acumulação capitalista” e luta das grandes corporações pela manutenção dos preços de monopólio, rendas e novas fontes de lucros. Nesse sentido, a anticorrupção, para essa teoria, privilegiaria a luta contra os monopólios estatais e toda intervenção socioeconômica pública que tornasse os mercados imperfeitos e desvirtuasse a sua “autorregulação”. Portanto, a luta contra a corrupção seria associada a uma série de contrarreformas institucionais.

Nos países subdesenvolvidos, em especial, essas reformas foram sintetizadas, num primeiro momento, pelo chamado “consenso de Washington” e estariam relacionadas à abertura mercados, quebra de monopólios nacionais, desregulamentação do mercado de trabalho e do sistema financeiro a fim de inseri-los nas cadeias globais de valor-trabalho, sob hegemonia imperialista. Nos países centrais, a anticorrupção estaria associada às reformas tecnicistas que puseram fim ao pacto fordista keynesiano, através da refuncionalização da máquina pública para dismantelar as “medidas distributivas” e recuperar as margens de lucro das grandes corporações.

Importante realçar que a agenda de “reformas institucionais” não necessariamente representa uma diminuição dos aparatos estatais, como transparece em parte das críticas. neodesenvolvimentistas (BRESSER PEREIRA, 2009). A agenda anticorrupção, na proposição de Krueger e, principalmente, Tullock (1967)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estaria vinculada a processos de desmontes de “monopólios públicos” que incentivam o rent-seeking, assim como o aumento do chamado Estado penal. Essas medidas acabariam por regular os “cálculos racionais” dos indivíduos e inibi-los-ia de realizar qualquer ato ilícito.

Não por acaso, como demonstrou Atilio Borón (2002), o neoliberalismo não representou uma diminuição de tamanho das máquinas públicas nos países centrais e, na periferia, por mais que as privatizações tenham se acelerado e políticas austeras tenham se tornado estruturais, o crescimento do aparato penal-repressivo foi expressivo em países como Brasil, Colômbia e México.

Outro ponto fulcral remete à relação entre democracia e eficiência, no interior da “Public Choice”. Ao reduzir o processo político e social à disputas de mercado, a perspectiva democrática na “Public Choice” transforma-se numa tecnocracia à serviço da eficiência para o grande capital e da mercantilização da “questão social”.

2.3 A fórmula de Klitgaard

Robert Klitgaard é considerado um dos principais acadêmicos no estudo sobre corrupção nos EUA e no mundo. Nos anos de 1990, em especial através do seu livro “A corrupção sob controle” (1994), expressa o acúmulo da “public choice” através de uma fórmula que pretende sintetizar a corrupção como fenômeno social: $C = M + P - R$, isto é, corrupção é igual a monopólio mais poder discricionário menos responsabilização. Na interpretação de Klitgaard, a corrupção tornou-se um problema universal de todos os países, especialmente dos subdesenvolvidos. Sua fórmula visa a explicar o funcionamento da corrupção sistêmica, em que o cálculo racional do indivíduo para cometer práticas corruptas relaciona-se com o poder dos monopólios econômicos e o grau de discricção dos funcionários públicos, menos o risco de punições/responsabilização por tais atos.

Nessa linha, o combate à corrupção deve perpassar pela diminuição ou controle do poder econômico e político dos monopólios, maior transparência dos atos discricionários no funcionalismo público e maior responsabilização penal por atos corruptos e corruptores. A corrupção não seria um crime de paixão, mas de cálculo, por isso o seu combate deveria ser planejado cientificamente. A punição de parte dos

PROMOÇÃO



APOIO



transgressores, reformas no funcionalismo público e na máquina de Estado e fomento a organizações da sociedade civil a fim de criar um ambiente favorável a reformas anticorrupção são parte da agenda proposta por Klitgaard e em sintonia com o “modelo transnacional de combate à corrupção” dos EUA (KLITGAARD, 1998, p. 5).

O curioso na abordagem de Klitgaard, amplamente incorporada pela maioria das pesquisas contemporâneas sobre o tema, é a utilização de uma forma argumentativa típica das “ciências duras” com o intuito de reafirmar seu argumento como científico, anti-ideológico e neutro. Uma versão contemporânea, ainda mais rebaixada, do processo que Lukács chamou de “teorias de manipulação científica”, parte do processo de decadência ideológica. Ao criticar o neopositivismo e polemizar filosoficamente com Albert Einstein sobre se a geometria seria ou não parte da física, Lukács sustenta que a matematização e a geometria seriam um importante instrumento de espelhamento homogeneizador da realidade e não se tratavam de partes ou elementos da realidade física em si. Nessa linha, uma das características do neopositivismo seria, mediante ao processo de matematização, inclusive das ciências sociais, criar “modelos metafísicos” para que nenhuma crítica impeça o desenvolvimento do “aparato teórico manipulatório”(LUKÁCS, 2012,p.66).

A fórmula de Klitgaard se transforma, então, numa manipulação apologética às contrarreformas neoliberais do Estado. Conforme já mencionamos anteriormente, manipula-se, inverte-se e oculta-se as relações entre corrupção e capitalismo monopolista-financeiro.

O monopólio econômico é apresentado como um problema puramente político, o descontrole da corrupção como uma característica do subdesenvolvimento, o Estado como um “ente abstrato” e o grande corruptor da sociedade. Assim, a solução estaria na modernização eficiente das democracias sob os moldes da modelo estadunidense de combate à corrupção, na ampliação das relações de mercados e na “atomização” social.

2.4 Corrupção e Governo de Rose-Ackerman e Palifka

Rose-Ackerman e Palifka são professoras universitárias nos EUA (Universidade de Yale e do Texas, respectivamente), ambas já foram consultoras de organismos multilaterais e da Transparência Internacional (TI). Rose-Ackerman, em

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



especial, já fez visitas ao Brasil, era admirada pelos procuradores da força-tarefa Operação Lava Jato e em 2020 teve a última edição do livro “Corrupção e Governo: causas, consequências e reforma” traduzido para o português através da editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Apesar de situada dentro do complexo ideológico da “public choice”, a obra das autoras esforça-se para realizar uma síntese bibliográfica e de investigações empíricas com maior densidade. Além do problema da estabilidade política, desenvolvimento e competição intercapitalista, as autoras, devido às “insuficiências do consenso de Washington”, procuram relacionar a pauta anticorrupção com a chamada “questão social” contemporânea:

[...] As recomendações macropolíticas do “Consenso de Washington” mostraram-se insuficientes para o estímulo do crescimento e a redução da pobreza. Os economistas do desenvolvimento começaram a investigar os campos da ciência política, sociologia e incorporar trabalhos sobre o funcionamento das instituições a sua estrutura conceitual; isso levou-os a confrontar-se com a corrupção como um claro caso patológico. (ROSEACKERMAN; PALIFKA, 2020, p. 24)

O grande limite dessa abordagem é que ao considerar a corrupção como uma das grandes patologias sociais do capitalismo contemporâneo, oculta-se as relações de classe, as lutas sócio históricas e as estruturas do modo de produção capitalista. Desenvolvendo seus pressupostos, as autoras classificam dois tipos socioeconômicos de corrupção: a grande e a pequena.

A grande corrupção envolveria um pequeno número de participantes com grandes volumes de dinheiro. Os grandes “rent-seekings” buscariam melhores contratos governamentais, vantagens em processos de privatização, licenças ambientais para explorar terras e leis favoráveis para suas atividades. A pequena é mais acessível e menos ocultada, está em níveis mais baixos dos governos como o não pagamento de multas, sonegação de impostos, propina para policiais etc. Segundo as autoras, ambos os tipos de corrupção podem estar relacionados (ROSEACKERMAN; PALIFKA, 2020, p. 30).

Apesar de operarem ainda sob o prisma dos custos/benefícios da corrupção para o cálculo racional dos indivíduos, as autoras defendem a existência de três grandes causas para o descontrole da corrupção: instituições, incentivos e ética pessoal. Também negam qualquer “universalismo” de suas propostas anticorrupção,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mas negam qualquer relativização sociocultural com relação às normatizações jurídicas de crimes como o suborno transnacional. A reforma anticorrupção perpassaria pela redução dos seus “benefícios” e maximização dos riscos/custos através do aumento da responsabilidade penal, proteção aos denunciadores e “sufocamento financeiro” da economia política das práticas de corrupção.

Rose-Ackerman e Palifka também opinaram sobre a solução privatista. Para as autoras, a privatização de empresas nacionais é parte da solução, mas não a única. Ambas identificam que tais medidas também podem ser uma forma de incentivo às práticas de ganhos ilícitos ou “pouco éticas”. Outra ponderação das intelectuais supracitadas é a instrumentalização da agenda corrupção para perseguir críticos ou opositores políticos, questão que gerou constrangimento entre seus admiradores brasileiros (ROSE-ACKERMAN; PALIFKA, 2020, p. 634).

3 CONCLUSÃO

O cientista político marxista Peter Bratsis criticou a essa literatura acadêmica hegemônica acerca da corrupção política na era do “capitalismo transnacional”. Segundo, Bratsis, a internacionalização do combate à corrupção relaciona-se com os cálculos dos custos para os negócios da opacidade dos Estados-nacionais.

Além disso, tal literatura seria uma reatualização, segundo o autor, do pensamento colonialista do “fardo do homem branco” ao dar centralidade à corrupção como a causadora dos principais problemas do subdesenvolvimento, desigualdades e opressões no capitalismo contemporâneo. Bratsis sustenta que as campanhas anticorrupção contemporâneas são funcionais para aumentarem a “autonomia relativa dos Estados” e suas tendências burocráticas e tecnocráticas (BRATSI, 2017, p.30).

Nessa linha, ao longo do presente trabalho, por mais que a literatura anticorrupção supracitada apresente-se através de uma série de recursos mediatizadores e pretensamente críticos à desigualdades, subdesenvolvimento e questões ambientais, há um claro traço de apologia ao capitalismo e aos regimes liberais-democráticos.

PROMOÇÃO



APOIO





Essa perspectiva apologética se manifesta numa cosmovisão comum nessas abordagens: a corrupção como um desvio individual ou institucional, relacionada a busca por rendas e privilégios extraordinários através de posições de poder no interior dos Estados e da política. Em linhas gerais, criminaliza-se a “esfera pública”, o serviço público e o Estado, pouco problematiza-se as práticas legais e ilegais que podem ser classificadas como corruptas no “setor privado”.

Decerto, na atual etapa monopolista e financeirizada do capitalismo, as práticas de roubo, fraudes e apropriação legal/ilegal do fundo público fazem parte do modus operante das expropriações que garantem lucros extraordinários para o grande capital.

Desse modo, podemos indicar que as atuais abordagens econômicas acadêmicas sobre a corrupção, importadas, principalmente, dos EUA, com as devidas mediações, acabam por legitimar um modelo de “combate à corrupção” associado à lógica das contrarreformas neoliberais do Estado e a intensificação das expropriações e rendas extraordinárias para o grande capital monopolista e financeirizado.

REFERÊNCIAS

BORÓN, Atilio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

BRATSIK, Peter. **A corrupção política na era do capitalismo transnacional**. Crítica Marxista, n.44, p.21-42, 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2017_10_01_17_45_53.pdf. Acesso em: 15/07/2022.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, 23 (66), 2009. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2009/09.14.Assalto_Estado_mercado_neoliberalismo_crise_global.pdf. Acesso em: 15/07/2022.

COSTA LEISTER, Ana Carolina da. **SOCIAL CHOICE E PUBLIC CHOICE: o problema da agregação e o cálculo das regras de decisão coletiva como fórmulas de alocação/distribuição de recursos**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado)

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. A ÉPOCA NEOLIBERAL: REVOLUÇÃO PASSIVA OU CONTRA-REFORMA?. **Novos Rumos**, Marília, v.1, p.117-126, Jan-Jun, 2012.

FERNANDES, Luís Eduardo da Rocha Maia. **O Imperialismo Legal: os elos entre o Imperialismo Tardio e a Lava Jato no Brasil**. Rio de Janeiro, 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

KILTGAARD, Robert. **A Corrupção sob controle**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. A cooperação internacional contra a corrupção. **Finanças & Desenvolvimento**. V. 18, n. 1, 1998.

KRUEGER, Anne O. The political economy of the rent-seeking society. **American Economic Review**, Princeton, v. 64, p. 291-303, 1974.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

ROSE-ACKERMAN, Susan; PALIFKA, Bonnie J. **Corrupção e governo: causas, consequências e reforma**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

TULLOCK, Gordon. The welfare costs of tariffs, monopolies, and theft. **Western Economic Journal**, Oxford, v. 5, p. 224-232, 1967.

PROMOÇÃO



APOIO

